## **COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**

REQUERIMENTO Nº /2024 (Do Sr. Julio Lopes e do Sr. Padre João)

Requeremos a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de Audiência Pública para debate acerca do Projeto de Lei Nº 367, de 2022.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de Audiência Pública para debate acerca do Projeto de Lei Nº 367, de 2022, como uma proposta afeita às temáticas da destinação dos rejeitos do beneficiamento de materiais radioativos e a observância do Princípio Internacional da Correção na Fonte.

Em suma, o referido Projeto de Lei dispõe sobre: a seleção de locais para a instalação de depósitos dos rejeitos radioativos em áreas preferencialmente próximas às regiões de produção; a realização de consultas públicas à população local e audiências públicas prévias à instalação dos depósitos de rejeitos; a realização anual de audiência pública em cada município em que esteja em operação depósito com o objetivo de apresentar ao público os resultados das auditorias e fiscalizações realizadas nos depósitos e as providências já tomadas, bem como a ocorrência de novas tecnologias de depósitos; o envio anual de inventário de rejeitos radioativos às Câmaras Municipais, onde se encontram os depósitos.

Para a discussão de tão importante assunto, solicitamos que sejam convidados:

- Sr. Alexandre Silveira de Oliveira, Ministro de Estado de Minas e Energia;
- Sra. Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima;





- Representante da Marinha do Brasil;
- Sr. Adauto Seixas, Presidente da Indústrias Nucleares do Brasil (INB);
- Sr. Francisco Rondinelli Junior, Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN);
- Sr. Rodrigo Antonio de Agostinho Mendonça, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA);
- Sr. Celso Cunha, Presidente da ABDAN (Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Atividades Nucleares);
- Sr. Fabiano Melo, Diretor do Instituto "O Direito por um Planeta Verde";
- Sra. Ângela Maria Martins Marques dos Santos, conselheira do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Rios Mogi-Guaçu e Pardo (GD6);
- Sr. Daniel Tygel, Núcleo de Monitoramento da INB da ONG Aliança em Prol da APA da Pedra Branca e Presidente da Câmara Municipal de Caldas/MG;
- Sr. Lucas de Morais Gualtieri, Procurador da República do Ministério Público Federal de Minas Gerais;
- Sra. Fernanda Giannasi, Fundadora da Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto (ABREA);
- Sr. Leleco Pimentel, Deputado Estadual por Minas Gerais;
- Representante da Companhia Estatal de Energia Nuclear (Rosatom), da Rússia.

## **JUSTIFICATIVA**

Em 23/02/2022, foi apresentado o Projeto de Lei Nº 367, de 2022, de autoria do Deputado Padre João e outros, com vistas a alterar a Lei nº 10.308, de 20 de novembro de 2001, e a Lei nº 14.222, de 15 de outubro de 2021, para dispor sobre a transparência na instalação e no monitoramento de depósitos de rejeitos radioativos.

O referido projeto tramita nesta Comissão, sob a relatoria do Deputado Julio Lopes e, com o fito de promover os melhores encaminhamentos, de modo a conciliar os mais diversos interesses, com especial atenção ao desenvolvimento econômico aliado à





proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado e ao desenvolvimento social, o debate proposto é imprescindível.

Considerando que se trata de uma questão particularmente sensível, solicitamos a realização desta audiência pública.

Sala das Comissões, de novembro de 2024.

JULIO LOPES (PP/RJ)

PADRE JOÃO (PT/MG)



